

### **XIII Concurso - Prova Escrita Preliminar**

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

XIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA PRELIMINAR: 13.09.1992.

1ª questão: Direito Penal Comum - Valor: 5 pontos

Qual a natureza jurídica da disposição do artigo 14, inciso II, do Código Penal?

RESPOSTA INTEGRAL E OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

2ª questão: Direito Penal Comum - Valor: 5 pontos

O crime tipificado no artigo 342 do Código Penal admite pluralidade subjetiva ativa?

RESPOSTA INTEGRAL E OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

3ª questão: Direito Penal Especial - Valor: 5 pontos

Empresário brasileiro realiza um único depósito, em estabelecimento bancário localizado no exterior e não declarado à repartição federal competente.

O fato encontra tipicidade na lei?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

4ª questão: Direito Penal Especial - Valor: 5 pontos

Em inquérito policial militar (IPM) ficou evidenciado que certo policial militar prendeu ilegalmente determinado cidadão, desferindo-lhe pontapés e socos, ao colocá-lo na viatura oficial, daí resultando lesões corporais positivadas em laudo regular. O IPM, devidamente concluído, foi com vista ao Promotor de Justiça junto à Auditoria da Justiça Militar.

Qual seria o procedimento adequado?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

5ª questão: Direito Processual Penal - Valor: 5 pontos

Joaquim, em 10.06.90, pratica a infração penal prevista no art. 171 do Código Penal. Instaurado inquérito policial, os autos, uma vez concluído o procedimento policial, vão com vista ao Ministério Público, aos 3.10.91. Como até o dia 25.11.91 a Promotoria de Justiça não tivesse manifestado qualquer opinião sobre o fato, Cezar, na qualidade de ofendido, dá entrada, em 26.11.91, em ação privada subsidiária da pública contra Joaquim, perante o Juízo criminal competente, imputando-lhe a prática do crime do art. 171 do Código Penal. Os autos, então, voltam com vista ao Ministério Público que nada requer. A queixa substitutiva e recebida e o procedimento criminal tem seu curso normal. Concluída a fase probatória e evidenciada a inocência de Joaquim, o querelante concede perdão ao réu, perdão que é aceito. Em face do requerimento de extinção da punibilidade, formulado pelo querelado, o Ministério Público é chamado a falar sobre a matéria. Opine.

6ª questão: Direito Processual Penal - Valor: 5 pontos

Antonio e Manoel respondem a ação penal por infração ao art. 155, § 4º, inciso IV do Código Penal, tendo o fato criminoso que ensejou a acusação ocorrido no Rio de Janeiro, no dia 9.11.91. O processo tem seu curso regular, culminando com a absolvição dos réus. Ciente da sentença, o Ministério Público, mediante petição, apela, tempestivamente, contra a mesma, fazendo-o em recurso amplo, uma vez que insurgiu-se contra a absolvição de ambos os

acusados. No entanto, ao ofertar suas razões de apelante, a Promotoria de Justiça vem a postular, somente, a condenação de Antonio, conformando-se com a absolvição de Manoel. Podia fazê-lo?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

7ª questão: Direito Processual Penal - Valor: 5 pontos

Qual a natureza jurídica da atribuição do órgão de atuação do Ministério Público no processo penal?

Quais as consequências práticas, para o processo penal, da atuação do órgão de execução do Ministério Público destituído de atribuição?

RESPOSTAS OBJETIVAMENTE JUSTIFICADAS.

8ª questão: Direito Civil - Valor: 5 pontos

JOÃO, viúvo, com 3 filhos menores impúberes, casou-se no ano de 1975, em segundas núpcias, com MARIA, sem ter providenciado o inventário e partilha dos bens de seu extinto casal. Alguns anos depois, fez testamento público, em que nomeava MARIA herdeira da parte disponível de seus bens. Em 1991, viajando em companhia da mulher, JOÃO colidiu o seu automóvel com uma carreta, morrendo ambos carbonizados no local do desastre, antes de qualquer possibilidade de socorro.

JOSEFA, mãe de MARIA, requer em juízo o cumprimento das disposições testamentárias de JOÃO e, no processo de inventário, de cujas declarações consta que os bens a partilhar são somente aqueles havidos na constância do primeiro casamento do testador, pleiteia, na qualidade de única herdeira necessária de MARIA, a parte dos bens que a esta caberia, se viva fosse.

Opine, como Curador de Justiça, quanto às postulações de JOSEFA, esclarecendo o seu posicionamento quanto à divisão dos bens inventariados.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

9ª questão: Direito Civil - Valor: 5 pontos

TÍCIO, solteiro, com 30 anos, casou-se em 30.07.90, às escondidas de sua mãe, SEMPRÔNIA, que estava ausente do Brasil. Em 15.04.92, SEMPRÔNIA ingressa em juízo com pedido de anulação do casamento, com o duplo fundamento da incapacidade absoluta do nubente e falta de consentimento do representante legal, instruindo a petição com documento comprobatório da interdição de TÍCIO e de sua nomeação para curadora e afirmando, na inicial, que somente no Natal de 1991, ao retornar de viagem, ficara sabendo do matrimônio do filho.

Citada em 15.07.92, a mulher de TÍCIO ofereceu, no prazo legal, contestação em que alegava total ignorância da interdição, por não apresentar o marido sintomas pronunciados de insanidade mental, declarando-se ela própria vítima de erro essencial quanto à pessoa de TÍCIO, pois se soubesse de sua doença, não teria casado com ele. O juiz determina abertura de vista ao Ministério Público.

Opine como Curador de Justiça, quanto à validade do casamento de TÍCIO e sobre a pretensão deduzida em juízo.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

10ª questão: Direito Civil - Valor: 5 pontos

JOSÉ casou-se com ANA, solteira, mãe do menor C.H., não reconhecido pelo pai natural. Em janeiro de 1991, foi deferida judicialmente a JOSÉ a adoção do enteado, então com 17 anos completos. O adotante falece um ano depois, e ANA, por escritura pública, concede emancipação a C.H. Levada a escritura ao registro público, o respectivo oficial suscita dúvida, por entender que, no caso, a emancipação só poderia ser concedida por sentença, diante do falecimento de quem tinha o pátrio poder em relação a C.H.

Opine, como Curador de Justiça, quanto à procedência ou não da dúvida.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

11ª questão: Direito Processual Civil - Valor: 5 pontos

Existe conexão entre a ação de alimentos da Lei nº 5.478/68 e a ação revisional, de modificação ou de exoneração? E entre a ação de separação judicial e o pedido de conversão em divórcio?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

12ª questão: Direito Processual Civil - Valor: 5 pontos

Perante o juízo de família, SINFRÔNIO, menor impúbere, intentou ação de investigação de paternidade em face de TÍCIO, convolada em ação de alimentos, em segredo de justiça, com base na legislação pertinente, porque casado o réu ao tempo da concepção, que foi julgada procedente e confirmada em grau de apelação. Em face de ter falecido o réu-alimentante no curso do processo do recurso, de que decorreria o reconhecimento pleno iure da paternidade incipiente investigada, o órgão do Tribunal de Justiça facultou aos herdeiros de Tício a ação tendente a impugná-la.

OPINE, COMO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, SOBRE O CABIMENTO, OU NÃO, DESTA AÇÃO, INDICANDO, SE FOR O CASO, O SEU FUNDAMENTO LEGAL

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

13ª questão: Direito Comercial - Valor: 5 pontos

Pode o representante do menor subscrever, em seu nome, cotas de uma sociedade de responsabilidade limitada?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

14ª questão: Direito Comercial - Valor: 5 pontos

"A" e "B" constituíram regularmente uma sociedade de corretagem, com contrato devidamente registrado.

No interesse e em nome da sociedade, "A" e "B" emitiram uma nota promissória em favor de "C".

Vencido o título e não tendo sido pago, foi levado a protesto e, em razão disso, "C" requereu a falência da sociedade.

Citada, a sociedade não apresentou defesa e nem efetuou depósito da quantia correspondente ao crédito reclamado.

Os autos foram com vista ao representante do Ministério Público.

Como opinaria?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA